

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 30 de setembro de 2019 às 08h32
Seleção de Notícias

Gazeta do Povo - Online | PR

Marco regulatório | INPI

O que implica a adesão brasileira ao Protocolo de Madri?	3
--	---

Metrópolis Online | DF

Pirataria

Contrabando de cigarros faz GDF deixar de arrecadar R\$ 26 mi em ICMS	4
---	---

O que implica a adesão brasileira ao Protocolo de Madri?

A marca, o logo, o nome. A propriedade intelectual é sem dúvida o ativo de maior importância na vida de qualquer empresa. E para se conectar com as tendências internacionais, o Brasil foi buscar amparo nas disposições do protocolo referente ao Acordo de Madri ou simplesmente "Protocolo de Madri", tratado internacional que facilita o registro de marcas de empresas brasileiras em outros países.

A adesão brasileira a este tratado é um marco significativo para todos nós, pois facilita a vida do empresário brasileiro que deseja ter sua marca ou patente registrada mundo afora. Até então, as empresas brasileiras corriam riscos de pagar taxas diferentes, sem contar as questões de câmbio e idioma. A centralização torna tudo mais ágil e prático. Além disso, fazer o registro no exterior antes do protocolo poderia atingir até US\$ 100 mil. Estima-se que os custos gerais caíam para aproximadamente US\$ 7,5 mil.

Após a adesão, as empresas brasileiras poderão registrar suas marcas internacionalmente

Como a ideia inicial era estimular novos negócios no Brasil, o Ministério da Economia em conjunto com o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**) anunciaram recentemente novas medidas para reduzir a burocracia, custos e tempo nos processos de registro de marcas e patentes.

Após a adesão, as empresas brasileiras poderão registrar suas marcas internacionalmente, tendo como

garantia um processo mais célere, diminuindo o prazo médio para concessão destes registros. As marcas brasileiras poderão ser garantidas em 120 países, que representam 80% do comércio global, sem a burocracia e o tempo que costumávamos gastar.

Como segurança, este tratado evita que empresas estrangeiras registrem marcas brasileiras indevidamente, impulsionando assim a internalização e melhorando o ambiente de negócio.

Este tratado entra em vigor no Brasil a partir de outubro de 2019, enquanto o **INPI** assume então novas atividades no quadro de sua atuação como Escritório de Origem e como Escritório Designado.

Após entrar em vigor, o usuário poderá requerer, ao mesmo tempo, registro de sua respectiva marca em diversos países, sendo estes pedidos realizados através de um único processo e idioma, além do pagamento das custas em moeda local. Com este novo procedimento, evita-se a necessidade de designar um procurador para depósito da referida marca em distintos países.

Economia de custos, celeridade no processo, informações mais claras, facilidade e rapidez no acompanhamento do processo e efeito internacional, são alguns dos pontos que garantem um clima futurista e, ao mesmo tempo, promissor para as empresas brasileiras.

Maria Carla Fontana Gaspar Coronel é advogada.

Contrabando de cigarros faz GDF deixar de arrecadar R\$ 26 mi em ICMS

De janeiro a junho deste ano, a comercialização ilegal do produto representou 20% do mercado. Pedido de investigação foi encaminhado à PCDF

O Governo do Distrito Federal (GDF) deixou de arrecadar pelo menos R\$ 26 milhões em Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e a Prestação de Serviços (ICMS) referente à venda de cigarros entre janeiro e junho de 2019.

Nesse período, foram apreendidas 4 milhões de unidades do produto, o que corresponde a 9,1% do total de materiais confiscados no ano, ficando atrás apenas de peças de vestuário (19,5%) e eletroeletrônicos (12,6%). Em geral, o Paraguai é a origem do contrabando.

O levantamento, feito com base em dados da Receita Federal, da Secretaria de Economia do DF e do Ibope Inteligência, aponta ainda que o comércio ilegal de tabaco na capital da República representa 20% do total de vendas desse tipo de produto no Distrito Federal.

A pesquisa foi realizada pelo gabinete do deputado Rodrigo Delmasso (Republicanos). Ainda segundo o documento, 92% da venda do produto oriundo do mercado ilegal é feita por meio do varejo formal.

De acordo com a Secretaria de Economia, a arrecadação de impostos no DF com o comércio de cigarros diminuiu ao longo dos últimos anos. Em 2016, chegou a R\$ 121,1 milhões; em 2017, a R\$ 102,9 milhões; em 2018, a R\$ 94,3 mi; e, até setembro de 2019, alcançou R\$ 74,3 milhões.

Os números

O preço do cigarro é tabelado pela Lei Federal nº 9.294, de 15 de julho de 1996, mas varia de acordo com as unidades da Federação devido a impostos locais. O governo arrecada em cima do que é vendido.

Desde 2018, houve redução do imposto que incide sobre a comercialização de cigarros e derivados. O percentual antes era de 35% e, após aprovação de nova legislação, passou a ser de 29% nas operações e prestações internas para bebidas alcoólicas e para fumo e derivados - cachimbos, cigarreiras, piteiras e isqueiros.

A redução do imposto somada ao aumento da compra de **produtos** piratas ajuda a explicar a diminuição gradativa da arrecadação no DF.

"O cigarro contrabandeado representa 20% do mercado. Ele entra por falhas na fiscalização nas fronteiras e é vendido no Brasil por um preço mais baixo. Precisamos de uma ação para conter os bandidos. Além da perda na arrecadação, provoca danos à saúde das pessoas", ressaltou Delmasso, que é vice-presidente da Câmara Legislativa do DF.

Dados do Instituto Nacional do Câncer, do Ministério da Saúde, apontam que 38,5% do consumo de cigarros no país é oriundo dos produtos ilegais. Para tentar reduzir o uso e a entrada de fumo clandestino na capital, a Secretaria de Economia do DF reativou a fiscalização itinerante em postos da pasta em rodovias para a fim de pedir nota fiscal das cargas dessa natureza.

"A medida é importante uma vez que esse tipo de ilícito não emite documento fiscal. A única forma de combatê-lo é com ações nas portas de entrada do DF - no caso, as rodovias", informou a secretaria, por meio de nota.

Investigação

Para o deputado Delmasso, é necessário ainda que a Polícia Civil entre em ação. Na última quinta-feira (26/09/2019), o distrital encaminhou ao diretor-geral da Polícia Civil, Robson Cândido da Sil-

Continuação: Contrabando de cigarros faz GDF deixar de arrecadar R\$ 26 mi em ICMS

va, o pedido de "investigação no tocante à venda de cigarros contrabandeados em todo o Distrito Federal".

Veja o documento:

Pedido de investigação sobre contrabando de cigarros no DF by Metropoles on Scribd

Origem ilícita

Conforme o Metrôpoles mostrou em reportagem de março de 2018, o início da rota do cigarro contrabandeado tem endereço certo: a paraguaia Ciudad del Este, famosa entre turistas brasileiros como destino de compras.

Lá, estão instaladas as fábricas da empresa Tabesa, líder do segmento no mercado do país vizinho. A fabricante é o principal negócio do Grupo Cartes, conglomerado que tem como acionista majoritário Horacio Cartes, ex-presidente paraguaio.

O Paraguai é líder na produção de cigarros no Cone Sul. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco), o país comandado por Mario Abdo Benítez produz 60 bilhões de unidades por ano, com capacidade para atingir a marca dos 100 bilhões. A fabricação do produto não é crime, mas a entrada em terras brasileiras por meio de contrabandistas sim.

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório | INPI
3

Pirataria
4